

LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS E O PROCESSO DE TRABALHO NA ÁREA DA SAÚDE: UMA REVISÃO NARRATIVA

Jaqueline Maria Silva dos Santos¹
Raquel Ferreira Lopes²

RESUMO

Introdução: A falta de capacitação dos profissionais da saúde em Língua Brasileira de Sinais, pode acabar dificultando a assistência de forma igualitária, inclusiva e integral, além de interferir diretamente na conduta terapêutica que será empregada. A surdez está entre as dificuldades mais prevalentes de pessoas com deficiência auditiva e compõe uma das principais barreiras na comunicação entre usuários e profissionais de saúde. **Objetivo:** Analisar a produção científica acerca da capacitação em Língua Brasileira de Sinais para os profissionais de saúde no atendimento a pessoa surda. **Metodologia:** Estudo do tipo revisão narrativa da literatura, por meio da Biblioteca Virtual em Saúde, com a busca nas bases de dados Lilacs, Scielo e Bdenf entre os anos de 2010 a 2019. Utilizou-se os descritores: Pessoal de Saúde, Perda Auditiva, Comunicação e Pessoas com Deficiência Auditiva, combinados com o operador booleano “AND”. A pesquisa ocorreu em agosto de 2019. **Resultados:** Foram encontrados 18 artigos, sendo que destes, 14 foram selecionados para análise e discussão. Os estudos demonstraram que a capacitação em Língua Brasileira de Sinais pode possibilitar a compreensão e auxiliar de forma humana e inclusiva o desenvolvimento de habilidades comunicativas, favorecendo a relação entre a pessoa com deficiência auditiva e o profissional de saúde. **Considerações finais:** A inclusão no atendimento de pessoas com deficiência auditiva no âmbito da saúde, por meio de profissionais capacitados pode favorecer um atendimento integral, equânime e igualitário, resultando como meta inserir a pessoa surda em condições de interação social, principalmente quando se trata de cuidados com a saúde.

Palavras-chave: Pessoal de Saúde, Perda Auditiva, Comunicação, Pessoas com Deficiência Auditiva.

INTRODUÇÃO

O processo de interação no qual se compartilham mensagens, sentimentos, idéias e emoção é a comunicação. Na assistência em saúde, somente a partir de uma boa comunicação estabelecida poderá se identificar e resolver as necessidades dos pacientes de forma humanizada e integral (OLIVEIRA et al, 2012).

Estima-se que 5,1% da população possui alguma deficiência auditiva, totalizando quase 10 milhões de pessoas de acordo com o último censo brasileiro de 2010 (FARIA; GALÁN-MAÑAS, 2018).

¹ Graduando do Curso de Enfermagem da Faculdade de Tecnologia de Alagoas- AL, jacksil2009@hotmail.com;

² Orientador Mestra em Enfermagem da Faculdade de Tecnologia de Alagoas-FAT, raquelloppes@gmail.com.

Segundo Dantas et al. (2014), quando comparamos outras deficiências com algum tipo de deficiência auditiva, encontramos algumas barreiras em relação a inclusão social, pois a audição é um dos principais meios para que o indivíduo consiga se comunicar e empregar a linguagem. As dificuldades no processo da comunicação entre a pessoa surda e os profissionais de saúde podem gerar problemas para ambos, pois o diagnóstico no momento da consulta pode acabar sendo impreciso, pois os dados coletados podem ser confundidos, comprometendo toda a proposta terapêutica que será direcionada.

Então compreende-se a surdez atualmente como uma forma de especificidade de pessoas que se diferencia de outros seres em razão da sua forma de comunicação (SOARES et. al, 2018). O Decreto 5.296/04 determina a perda bilateral, parcial, ou total de 41 decibéis (dB) ou mais como deficiência auditiva, medida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz, e 3.000 Hz (BRASIL, 2004).

As pessoas com deficiência vêm tendo enfoque nas discussões em nível global na atualidade, objetivando unir esforços para oferecer a essa população uma assistência voltada a equidade social, educacional e aumentar o nível de saúde (SOUZA et. al, 2017).

Assim, salienta-se que a linguagem de sinais, conhecida no Brasil como Língua Brasileira de Sinais (Libras), é a forma de expressão e de comunicação em que o sistema linguístico visual, motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos da comunicação de pessoas surdas, sendo reconhecida pela Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e pelo Decreto 5.626/05 de 22 de dezembro de 2005.

É importante dizer que uma das principais barreiras para os pacientes surdos é a falta de habilidades e de conhecimento dos profissionais da área da saúde. Sabe-se que a comunicação é um processo que envolve uma ou mais pessoas, pois se trata de uma necessidade humana, os sentimentos, as ideias, as trocas de experiências, os atos de afeto fazem parte dessa troca de informação.

Nesta direção, o objetivo desta pesquisa foi analisar a produção científica acerca da capacitação em Língua Brasileira de Sinais para os profissionais de saúde no atendimento a pessoa surda, visando o conhecimento sobre como o ensino da Libras a estes profissionais pode contribuir com melhorias na assistência prestada a esse público.

METODOLOGIA

Trata-se de estudo de revisão narrativa da literatura, que se estabelece não carecendo de uma metodologia rigorosa através de uma análise ampliada da bibliografia, e que possa se

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

replacar num grau em que os dados sejam reproduzidos (VOSGERAU; ROMANOWSK, 2014). Contudo, pode contribuir com novas evidências, tornando importante para a obtenção e inovação do conhecimento acerca de um assunto específico (ELIAS et al., 2012).

A pesquisa bibliográfica busca diferenças entre vários artigos estudados, é uma das melhores formas para dar início aos estudos, através das respectivas referências dos documentos encontrados perante as pesquisas (SOUZA, SILVA e CARVALHO, 2010).

A busca da literatura ocorreu em agosto de 2019, sendo encontrados inicialmente 18 artigos utilizando a plataforma Biblioteca Virtual em Saúde, com os descritores: Pessoal de Saúde, Perda Auditiva, Comunicação, Pessoas com Deficiência Auditiva, utilizando o operador booleano “AND” para a associação entre estes. O levantamento foi realizado considerando as bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe em ciências da Saúde (Lilacs), Scientific Electronic Library online (SciELO) e o Banco de Dados em Enfermagem (Bdenf).

Para a seleção dos estudos, utilizou-se os seguintes critérios de inclusão: artigos originais, publicados no período de 2010 a 2019, em dois idiomas (português e inglês). Os critérios de exclusão foram: artigos duplicados, indisponíveis na íntegra, que não abordassem a temática. Assim, ao final, foram selecionados 14 artigos para análise e discussão.

DESENVOLVIMENTO

No âmbito da educação brasileira, tem-se acompanhado um aumento de professores surdos lecionando, o que evidencia uma melhora na formação de educadores de surdos. Sendo ainda importante ressaltar que embora o ensino da Libras possa não permitir a fluência, ela contribui para conhecer o perfil de quem a utiliza (LAGE; KELMAN, 2019).

É importante destacar que uma pessoa surda tem o canal visual como receptor da primeira informação, o que contribui para estimular o uso de tecnologias diversas na busca de melhorar a recepção desta informação, auxiliando na construção do seu repertório vocabular (CARVALHO; MANZINI, 2017).

Em relação a prática clínica no âmbito da saúde, se busca cada vez mais evidências para assim poder sedimentar cuidados voltados com uma maior segurança, oferecendo uma melhor qualidade de vida para a população em todos os níveis de atenção a saúde (ANDRADE et.al, 2017). Chama a atenção esse fato para a necessidade do desenvolvimento de estratégias que assegurem a comunicação entre os profissionais de saúde, e a sociedade plural, ou seja estratégias para indivíduos que se diferenciam entre si, mas que se assemelham a essência como a pessoa surda (OLIVEIRA et. al, 2012).

Alguns fatores em relação as práticas que incluem socialmente essa população surda, tem sido bastante discutida, considerando que, muitas vezes, esta é vítima de preconceitos ou de ações de exclusão social (DANTAS et. al, 2014).

Ainda segundo Dantas et. al, (2014), é primordial a aprendizagem de Libras para a qualidade de vida das pessoas surdas. Dessa forma a comunicação se torna mais viável, além de fortalecer o vínculo.

Nesse sentido, cabe ao Sistema Único de Saúde (SUS) ter condições de oferecer a estas pessoas atendimento integral e equânime, sem distinção de atendimento. Entende-se que a pessoa surda sofre uma dificuldade no processo de atendimento e cuidado, essa dificuldade ocorre desde o acolhimento até a consulta e o tratamento. Pode ainda encontrar dificuldades para agendar consultas ao chegar à recepção esperando ser instruída sobre o seu atendimento e até mesmo durante a consulta direta com o profissional de saúde (GOMES et. al, 2017).

Sendo a comunicação uma condição indispensável na vida dos seres humanos, por permitir o convívio em sociedade (MARQUETE, COSTA e TESTON, 2018), o profissional de saúde deve ter o conhecimento necessário para atender ao público surdo. Este conhecimento pode ser adquirido por meio de cursos de capacitação em Libras que lhe ofereça atividades teóricas e práticas, a fim de aprimorar o atendimento por meio de um cuidado humanizado, oferecendo a pessoa com surdez valorização e empoderamento social, contribuindo para diminuir as falhas na comunicação entre paciente e profissional de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a coleta dos dados, obteve-se uma amostra final de 14 artigos. Entre estes, nove eram da base de dados Scielo, três da Lilacs e dois da Bdenf. Dentre os anos escolhidos para análise de publicações acerca da temática, o que se sobressaiu foi o ano de 2017 com cinco publicações.

Diante dos resultados encontrados, percebeu-se que a capacitação em Libras para os profissionais da saúde deve existir, principalmente sob a perspectiva do cuidado, incluindo o planejamento e implementação de estratégias com foco na inclusão social da pessoa surda, favorecendo a sua valorização e a comunicação efetiva e diminuindo a segregação entre surdos e serviços de saúde.

Nessa direção, o estudo de França (2016) obteve como resultado:

Os profissionais reconheceram que possuem déficit de conhecimentos para consultar a Pessoa com surdez severa (PcSS), bem como falta de preparo adequado para diagnosticar problemas de saúde e interagir com essa clientela. Informaram não terem recebido conhecimento específico na graduação que possibilitasse discussões e capacitação para o acolhimento e atendimento ao surdo. Considerando suas opiniões com relação à Gestão em Saúde da Família, alegaram que não há oferta de cursos de treinamento para o aprendizado de formas de comunicação com as PcSS. (França et al., 2016, p. 110).

Ainda neste estudo (p. 111), o autor assinala que “a boa prática em saúde impescinde do instrumento básico “Comunicação”. Ao não utilizá-lo de forma eficaz e eficiente, corre-se o risco de a consulta apresentar lacunas, imprecisões ou incorreções”. Então diante do exposto entende-se que para uma boa anamnese e assim poder obter uma boa conduta terapêutica entre o profissional de saúde e o paciente é sem dúvidas a comunicação.

Se em algum momento essa comunicação se torna falha são grandes as chances de acontecer um equívoco. Toda a prática de aprendizado deve ser implementada e direcionada a toda a equipe e não somente ao médico, desde a marcação da consulta clínica até a sua finalização (GOMES et al., 2017).

Ainda segundo Gomes et al., (2017), dessa forma, a inclusão social torna-se integral. A reestruturação na formação dos profissionais da área da saúde é essencial para que haja uma melhor acessibilidade dos pacientes surdos. A falta de capacitação dos profissionais de saúde pode gerar dano durante o atendimento médico, podendo resultar em constrangimento, diagnóstico errôneo, dificuldade de elaborar corretamente o prontuário médico e, por fim, possível tratamento falho da patologia.

Apesar da legislação brasileira garantir direitos à pessoa surda, as instituições de saúde não realizam atividades de educação permanentes para aprimorar a atenção à saúde, em especial à população com deficiência auditiva. Então a principal barreira comunicacional com a população surda é o fato de não saberem a Libras, o que leva a utilização de outros mecanismos, como gestos e mímicas, na tentativa de estabelecer uma melhor comunicação (MARQUETE; COSTA; TESTON, 2018).

Pois ainda se destaca segundo Marquete, Costa e Teston, (2018), que 69,7% dos profissionais de saúde sentiram a importância de utilizar a linguagem de Libras durante a assistência nos momentos de consulta. Chegaram à conclusão de que Libras é uma forma de comunicação inclusiva que preza por atendimento ao usuário surdo, tornando uma assistência humanizada e ainda proporcionando vínculos.

Dantas et. al, pag. 170 (2014), relata que em relação aos profissionais que prestam assistência:

É a equipe de Enfermagem, que fica junto do paciente na maior parte do tempo. Entretanto, embora a temática da inclusão social de pessoas com deficiência esteja sendo ressaltada, percebe-se que faltam preparação e conscientização dos profissionais da área de saúde e incentivo por parte dos governantes, com o intuito de capacitá-los para atenderem satisfatoriamente a essa população. Desse modo, a assistência da equipe de enfermagem a esses pacientes tende a se desenvolver de forma fragmentada, e não humanizada, o que contraria os princípios estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim, entende-se que ambientes inclusivos irão eliminar ou minimizar as barreiras em relação a aprendizagem colaborando com a participação efetiva e o atendimento dessas pessoas. Ressalta-se a necessidade do aprendizado da Libras pelo enfermeiro e demais profissionais de saúde, para que possam ofertar um atendimento integral. Além disso, é importante que os currículos de seus respectivos cursos a incluam como disciplina obrigatória para a formação de profissionais mais qualificados (OYAMA, TERCEIRO e PARAZZI, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos estudos encontrados, encontrou-se que, na opinião dos profissionais de saúde, a principal barreira para se obter uma assistência pautada na humanização e na integralidade do cuidado, é o aprendizado da Libras por meio da oferta de capacitações pelas instituições de saúde a qual estão vinculados.

Com a necessidade de atendimento, seja de forma preventiva ou com sinais clínicos e sintomas aparentes, as pessoas surdas procuram o serviço de saúde esperando ter uma assistência inclusiva, um cuidado que contemple as suas demandas por saúde. Porém, deparam-se com profissionais que não possuem o conhecimento da Libras e que, por isso, utilizam outras estratégias para tentar uma comunicação (mímicas, gestos, escrita, entre outras), o que pode dificultar o atendimento e gerar maiores riscos de obter informações duvidosas, culminando consequentemente em uma prescrição de cuidados/medicamentos/exames incorretos.

Com isso, evidencia-se a necessidade de um atendimento inclusivo, que contemple a pessoa surda em sua integralidade, considerando suas singularidades e, ainda, prestando uma assistência equânime. Quando estas pessoas não se sentem acolhidas ou encontram barreiras comunicacionais e/ou dificuldades para expressar suas demandas, elas podem se sentir

discriminadas, o que pode reduzir a procura pelos serviços de saúde e, no caso de patologia presente, agravar o seu quadro clínico.

Observou-se em muitos dos estudos analisados que, ainda que a pessoa surda seja acompanhada por familiares/parentes, o que pode facilitar a comunicação, ela pode se sentir constrangida por não poder expressar completamente o que sente, acreditando que não há sigilo, e privacidade no atendimento, o que pode causar restrição do direito e da autonomia do paciente com surdez. Desta forma, pode ocorrer uma conduta terapêutica incompleta ou ineficaz.

Assim, constatou-se a necessidade de maiores investimentos em práticas de educação permanente nos mais diversos cenários de atuação dos profissionais que já se encontram em suas atividades laborais e prática educação continuada para aqueles que necessitam se capacitar/atualizar, objetivando oferecer uma melhor assistência, utilizando estratégias de interação para eliminar as barreiras valorizando e empoderando as pessoas com deficiência auditiva.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luana Foroni. et. al. Metodologias de tradução de instrumentos para a língua de sinais: uma proposta baseada em evidências. **Texto contexto - enferm.** Florianópolis, v. 26, n. 4, e2210017, 2017. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072017000400504&lng=en&nrm=iso. Access on 14 July 2019.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Ministério da Justiça, 2002. Acessado em 14 de julho de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm.

_____. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Ministério da Justiça, 2005. Acessado em 14 de julho de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm.

_____. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Acessado em 14 de julho de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm.

CARVALHO, Dariel de; MANZINI, Eduardo José. Aplicação de um Programa de Ensino de Palavras em Libras Utilizando Tecnologia de Realidade Aumentada. **Rev. bras. educ. espec.** Marília, v. 23, n. 2, p. 215-232, June 2017. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382017000200215&lng=en&nrm=iso. Access on 14 July 2019.

DANTAS, Thayana Rose de Araújo et. al. Comunicação entre a equipe de enfermagem e pessoas com deficiência auditiva. **Rev. enferm UERJ**, Rio de Janeiro, 2014 mar/abr; 22(2):169-74. Acessado em 13 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/13559>.

ELIAS, C. S. R. et al. (2012) Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. **SMAD: Revista Electrónica em Salud Mental, Alcohol y Drogas**, (8)1, 48-53. Acessado em: 18 de Agosto 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/smad/article/view/49594>.

FARIA, Juliana Guimarães; GALAN-MANAS, Anabel. Um estudo sobre a formação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais. **Trab. Linguist. apl.** Campinas, v. 57, n. 1, p. 265-286, Apr. 2018. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010318132018000100265&lng=en&nrm=iso. Access on 14 July 2019.

GOMES, Letícia Ferreira et al. Conhecimento de Libras pelos Médicos do Distrito Federal e Atendimento ao Paciente Surdo. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 551-556, Dec. 2017. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010055022017000400551&lng=en&nrm=iso. Access on 14 July 2019.

LAGE, A.; KELMAN, C. Educação de surdos pelo professor surdo, Ferdinand Berthier: encarando desconcertantes paradoxos e longevas lições. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá, v. 19, e050, 2019. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223800942019000100201&lng=en&nrm=iso. access on 18 Aug. 2019.

MARQUETE Costa MAR, Teston EF. Comunicação com deficientes auditivos na ótica de profissionais de saúde. **Rev baiana enferm.** 2018;32:e24055. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=33006&indexSearch=ID>. Acessado em 14 de julho de 2019.

OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de et al. A língua brasileira de sinais na formação dos profissionais de enfermagem, fisioterapia e odontologia no estado da Paraíba, Brasil. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 16, n. 43, p. 995-1008, dez. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832012000400011&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 14 jul. 2019.

OYAMA, S. TERCEIRO, F. e PARAZZI, L. 2017. Comunicação do enfermeiro docente na assistência a pessoas cegas e surdas. **Rev.CuidArt. enfermagem**; 2017 jan.-jun.; 11(1): 78-85. Acessado em 13 de julho de 2019. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi->

bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=31628&indexSearch=ID.

PERLIN, G.; STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educ. rev.**, Curitiba, n. spe-2, p. 17-31, 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602014000600003&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Aug. 2019.

SOARES, P. et, al. Como eu falo com você? A comunicação do enfermeiro com o usuário surdo. **Rev. baiana enferm** (2018); 32:e25978. Acessado em 13 de julho de 2019. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/25978/16591>.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Integrative review: what is it? How to do it? **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, Mar. 2010. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167945082010000100102&lng=en&nrm=iso. Access on 06 July 2019.

SOUZA, Maria Fernanda Neves Silveira de et. al. Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 395-405, jun. 2017. Acessado em 11 de julho de 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151618462017000300395&lng=pt&nrm=iso.

VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista de Diálogo Educacional**, (14)41, 165-189. (2014). Acessado em: 18 de agosto de 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317>.